CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das relações entre corpo e mente e sua influência em um conceito de pessoa, passou-se, ao longo deste trabalho, por uma investigação acerca de como se estabeleceria um conceito normativo de pessoa, bem como a relação deste conceito com os direitos de personalidade. A partir daí, buscou-se esclarecer como se subjetiviza o chamado direito ao próprio corpo para que, estabelecido o pressuposto teórico-metodológico através do qual se compreende a autonomia privada, se investigasse as projeções dos conceitos de pessoa e de autonomia sobre a possibilidade de aperfeiçoamento funcional do corpo através da biônica em direção à chamada pós-humanidade.

Neste momento, sob o título de considerações finais, busca-se a apresentação, de forma sistemática, das conclusões que foram obtidas ao longo do trabalho, correlacionando-as para que se apresentem de forma unificada os resultados da pesquisa.

Desta maneira, após a verificação da inexistência de uma base teórica específica consolidada acerca das relações entre corpo e mente e, conseqüentemente, pessoa, sendo comumente utilizadas concepções monistas ou dualistas de diferentes matizes de forma instrumental à racionalização de conclusões prévias aos problemas enfrentados que envolvem a matéria no campo jurídico, buscou-se, através de uma investigação histórico-filosófica, compreender como se estabeleceria tal relação. Concluiu-se, quanto a isto, que corpo e pessoa, a despeito das posições racionalistas que emergiram a partir do renascimento e se fortaleceram durante o iluminismo, são indissociáveis. Tal indissociação, contudo, não deriva de um retorno às bases teológicas da relação corpo-pessoa, mas sim da relação de co-dependência existente entre o substrato material e a emergência de mentes dotadas de racionalidade. A pessoa, portanto, deve ser tratada a partir do prisma da unidade entre corpo e mente, e não a partir do pressuposto dualista impulsionado pelo pensamento de Descartes e, ainda hoje, observado como uma forte tendência epistêmica na matéria.

Concluindo-se pela unidade entre corpo e mente, seguiu-se uma breve investigação histórico-filosófica acerca do conceito de pessoa e a proposição de um conceito normativo de pessoa substancial, e não meramente formal. Neste ponto, observou-se que não existe uma relação de identidade entre pertencer ao conjunto de humanos e pertencer ao conjunto de pessoas, já que não se poderia aceitar como condicionante normativa do *status* de pessoa um pressuposto jusnaturalista. Toma-se como condicionante do *status* de pessoa, em um sentido substancial, três propriedades específicas, que embora tenham demonstrado certa variação conceitual, verificaram-se constantes, ao longo do tempo, para a atribuição do *status* de pessoa no campo moral, político e jurídico, que seriam: i) a intersubjetividade; ii) a individualidade e iii) a racionalidade autônoma.

Presentes tais propriedades, encontra-se diante de uma pessoa, independentemente da base biológica desta.

Após concluir, a partir de tal conceito normativo de pessoa (se presentes as três propriedades suficientes o ente em questão *deve* ser considerado pessoa) que a dignidade no sentido de respeito atitudinal – ou seja, aquilo que nos faz sentir dignos de respeito e admiração por nós mesmos e que acreditamos despertar os mesmos sentimentos no outro – emerge como consequência necessária da atribuição do *status* de pessoa, verificou-se, também, que não deriva ela, no sentido aqui utilizado, pura e simplesmente da condição de se constituir como um indivíduo da espécie *homo sapiens*. Concluiu-se, também, que seu conteúdo é referente ao sujeito, e não estabelecido de forma objetiva. Assim, a partir do conjunto de “hiperbens” utilizado por alguém para projetar suas “avaliações fortes” é que se verifica a existência de ofensa ou não de uma dignidade intrínseca pertencente à pessoa, caracterizada por sua mutabilidade psíquica e física ao longo do tempo em função do devir pelo qual se constitui.

Isto implica uma estreita relação entre pessoa e a proteção aos chamados direitos de personalidade – compreendidos estes através de uma cláusula geral de tutela da pessoa com base no art. 1º, inciso III da CF/88 – que, neste contexto, se revelam como intimamente ligados àquilo que se poderia chamar de projeção espaço-temporal da pessoa: a identidade pessoal, constituída justamente pelo conjunto de hiperbens cultivados que funciona como base para a

tomada de decisões autônomas e pelo elemento corporal através da qual o sujeito se individualiza.

Ao se tratar os direitos de personalidade como um mecanismo de tutela desta identidade pessoal, que pressupõe entre outros elementos, a autonomia, apresentou-se, por se concluir mais adequado à proteção do agir autônomo, um modelo de proteção à integridade física da pessoa em analogia com o conceito de soberania, o que afasta outros modelos pré-concebidos sobre a estrutura do direito de propriedade ou que simplesmente pressupunham uma separação entre a pessoa (que existiria racionalmente) e o elemento corporal. A pessoa, portanto, é soberana dentro de determinado espaço, qual seja, seu corpo, no sentido não apenas de estabelecer o regramento aplicável dentro de tal esfera de soberania, como de excepcioná-lo e reclamar ou não proteção. Somente sobre questões que ultrapassem os limites da esfera de soberania pessoal, causando distúrbios no espaço inter-relacional ou invadindo a esfera de soberania de outras pessoas se poderia conceber algum tipo de intervenção.

Ao direito cabe, portanto, a regulação do conteúdo caracterizado como o primeiro eixo do pensamento moral: os direitos e deveres que se possui perante outros. As questões relativas aos outros dois eixos, quais sejam, a concepção de vida plena a ser concretizada e o conjunto de valores (hiperbens) aos quais a pessoa se vincula para que se auto-compreenda portadora de dignidade intrínseca são, por excelência, objeto do exercício da autonomia pessoal.

Neste aspecto, definido o conceito de autonomia privada, e conseqüentemente, de autonomia pessoal, através de uma perspectiva de cooriginariedade entre autonomia pública e privada, se revela constituir-se a autonomia como valor fundante da ordem jurídica em um estado democrático de direito, o que permite que se esclareça o critério utilizado para justificar ou afastar intervenções através de leis gerais a serem cumpridas por todos na chamada autonomia privada. Este critério é composto por dois elementos: i) o ato interventivo restringe-se a situações nas quais existem efeitos colaterais de um exercício do agir autônomo em outras esferas de autonomia ou no espaço relacional e ii) somente se pode intervir através de normas às quais todos poderiam consentir como participantes de um discurso racional, ou seja, o ato interventivo deve ser apto a passar pelo crivo do chamado princípio “D” ou princípio do discurso.

Estabelecidas as bases teóricas para a investigação, buscou-se – acompanhado de uma visão panorâmica acerca das tendências que se manifestam dentro da sociedade no que se refere ao auto-aperfeiçoamento através da biônica bem como do atual estado da técnica, o que permitiu a formulação de exemplos utilizados como situações tipo para a solução do problema – enfrentar as objeções gerais normalmente levantadas contra o auto-aperfeiçoamento através da fusão homem-máquina e estabelecer-se, ao menos em abstrato, qual seria o espaço destinado à autonomia privada neste campo.

Concluiu-se, portanto, que não deve haver identidade entre o conceito de pessoa e a base biológica da espécie *homo sapiens*. Mesmo que se modifique radicalmente o sujeito, continuará ele a ser pessoa, digna e protegida pelo mecanismo de tutela dos direitos de personalidade. Quanto a isto, observou-se que as propriedades determinantes do *status* de pessoa funcionam como propriedades suficientes, de modo que pós-humanos ou trans-humanos, mesmo que venham efetivamente a transcender a condição humana, continuarão a contar, na medida em que são pessoas, como iguais, e não mais que iguais. Ser pessoa, substancialmente, não admite gradações visto que, como dito no capítulo 04, não há como se compreender que alguém seja “um fim em si maior que outro”.

Assim, não se poderia falar em erosão das bases da cooperação social que funda as sociedades contemporâneas devido ao auto-aperfeiçoamento biônico por tornar este, em grande medida, o sujeito responsável pelas capacidades e aptidões que apresenta. A realidade que se impõe com relação à interdependência social e o fato de constituir e ser constituída a pessoa a partir do outro, sob a égide do princípio da solidariedade, é capaz de fornecer bases mais seguras para que, em conjunto, se assuma a responsabilidade pelo destino de todos, sem a necessidade da presença de elevados graus de identidade biológica e uma estreita relação entre a forma pela qual se contribui para a sociedade e o que dela se espera receber. Assim como ocorre hoje, o fato de que pessoas tomem decisões equivocadas, que lhes levem à ruína, ou acertadas, que lhes acarretem fortuna, não seria o fator determinante para sua inserção dentro de uma rede de assistência, respeito e compaixão recíprocas.

Justamente em função disto, as questões ligadas às modificações corporais voluntárias através da biônica, ou fusão homem-máquina em direção ao chamado pós-humanismo encontram-se, majoritariamente, inseridas dentro da

esfera de soberania da pessoa, motivo pelo qual somente se admitem intervenções que impedem alguém de trilhar seu caminho autodeterminado em direção ao pós-humanismo nas situações em que se invade a esfera de soberania de outro agente.

No que se refere a intervenções fundadas no reflexo das modificações corporais funcionais sobre o espaço relacional, devido à relação de unidade entre corpo e pessoa, o ato interventivo deve incidir sob a forma de regulamentação da utilização dos *upgrades* funcionais, através, por exemplo, de ações afirmativas, proteção trabalhista àqueles não modificados, etc., para que se busque preservar ao máximo a autonomia pessoal do agente que se auto-modifica e a autonomia e outros interesses daqueles não modificados. Isto porque se a situação de igualdade pode ser alcançada sem que se intervenha diretamente sobre a pessoa, ou frustrando suas expectativas de concretização do projeto que é em si, esta deve ser a via eleita em um ordenamento fundado sobre a dignidade e constituído a partir de pessoas autônomas.